INTERESSADA: MARA NELMA GRAEL

III- DECISÃO DA CÂMARA

ASSUNTO: Reconhecimento de equivalência de estudos feitos ao exterior.

RELATOR: Conselheiro HILÁRIO TORLONI

PARECER CEE N° 3154/75 CPG, Aprov. em 15/10/75, Comunicado ao Pleno em 5/11/75

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator

Presentes os nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, ERASMO DE PREITAS NUZZI, HILÁRIO TORLONI, JOSÉ AUGUSTO DIAS, LIONEL CORBEIL e MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA.

Sala da Câmara do Segundo Grau, em 15 de outubro de 1975.

a) Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS PRESIDENTE

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO: Mara Nelma Grael, filha de Adelino Grael e Haydeé Aparecida Leite Grael, nascida aos 22 de Agosto de 1957, em Tupã, domiciliada e residente em Jundiaí, na Rua Senador Fosse ^{/ca} 124, requer a este Conselho o reconhecimento de equivalência de estudos realizados no exterior para fins de prosseguimento de estudos 30 nível do primeiro semestre da segunda série do segundo grau.

1.1. Apresenta a seguinte vida escolar:

- a) após a conclusão do "primeiro grau, fez uma série do curso de 2º Grau no Instituto de Educação Experimental, Jundiaí.
- b) A seguir, frequentou durante o primeiro semestre de 1975, a Marion L. Steele High School, Amherst, OHIG, Estados Unidos da América.

2. APRECIÇÃO:

- 2.1. O pedido encontra apoio no art. 100, da Lei federal n° 4024, de 20 de dezembro de 1961, bem como em jurisprudência deste Conselho em casos semelhantes.
- 2.2. O processo esta instruído de acordo com as exigências da Resolução CEE n° 19-65.

II- CONCLUSÃO

3. À vista do exposto, votamos Favoravelmente ao reconhecimento da equivalência dos estudos realizados no exterior, pr MARA NELMA GRAEL, ao nível do primeiro semestre da segunda série do segundo grau, do sistema brasileiro de ensino, devendo submeter-se a processo de adaptação em disciplinas a critério da escola de sua matrícula. A escola considerará, para fins de frequência e notas, apenas o segundo semestre de 1975.

3.1. Para efeito de obtenção de título em habilitação profissional, se for o caso, deve cumprir todas as exigências correspondentes, em particular a de carga horária na parte de formação especial.

São Paulo, 15 de outubro de 1975

a) Conselheiro HILÁRIO TORLONI- RELATOR